

RESOLUÇÃO Nº 25/2020
(Publicada no Diário Oficial de 05/08/2020)

Alterada pela Resolução nº 018/23.

**Concede o benefício do Crédito Presumido do ICMS à A PRINCESA
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI.**

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei nº 7.025, de 24 de janeiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, e alterações e considerando o que consta do processo SEI nº 015.4020.2020.0000577-36,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à A PRINCESA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS EIRELI, CNPJ nº 08.588.004/0001-44 e IE nº 073.034.529PP, instalada no município de Feira de Santana, neste Estado, nos termos do Decreto nº 6.734/97, os seguintes benefícios:

I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de móveis com predominância de metal, móveis e suas partes, a partir de 1º de março de 2023, as saídas de caixas plásticas, utensílios plásticos de mesa ou de cozinha, artigos plásticos de uso doméstico, higiene ou de toucador e artefatos de plástico para construção contado a partir de 1º de agosto de 2020 até 31 de dezembro de 2032.

Nota: A redação atual do inciso I do art. 1º foi dada pela Resolução nº 018, de 21/03/23, DOE de 04/04/23, efeitos a partir de 04/04/23.

Redação originária, efeitos até 03/04/23:

"I - Crédito Presumido - fixa em 90% (noventa por cento) do imposto incidente o percentual de Crédito Presumido a ser utilizado pela empresa nas operações de saídas de móveis com predominância de metal, contado a partir de 1º de agosto de 2020 até 31 de dezembro de 2032."

II - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS, nas seguintes hipóteses:

a) pelo recebimento do exterior ou, relativamente ao diferencial de alíquotas, pelas aquisições em outra unidade da Federação, de máquinas, equipamentos, ferramental, moldes, modelos, instrumentos e aparelhos industriais e de controle de qualidade, e seus sobressalentes, para o momento em que ocorrer sua desincorporação do ativo imobilizado e;

b) nas importações e nas operações internas com insumos, embalagens e componentes, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos deles decorrentes.

Art. 2º Fica vedada a utilização de demais créditos decorrentes de aquisição de mercadorias ou utilização de serviços por parte de empresa.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 07 de julho de 2020.

131ª Reunião Ordinária do Probahia

JOÃO FELIPE DE SOUZA LEÃO
Presidente